

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	54
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.729.127	1.747.235	1.688.641
1.01	Ativo Circulante	301.275	139.069	98.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	216.746	46.793	14.772
1.01.03	Contas a Receber	80.280	83.710	76.853
1.01.03.01	Clientes	80.280	83.710	76.853
1.01.03.01.01	Contas a Receber	79.758	13.170	9.190
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	522	70.540	67.663
1.01.06	Tributos a Recuperar	515	5.663	1.008
1.01.07	Despesas Antecipadas	793	364	724
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.941	2.539	5.036
1.01.08.03	Outros	2.941	2.539	5.036
1.01.08.03.01	Contas a Receber c/Operações Derivativos	2.722	0	0
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	176	2.344	3.065
1.01.08.03.03	Outros créditos	43	195	1.971
1.02	Ativo Não Circulante	1.427.852	1.608.166	1.590.248
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.413	114.198	29.745
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.028	29.761	29.370
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	320	257	146
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	320	257	146
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65.065	84.180	229
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	440	363	229
1.02.01.09.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	64.528	83.801	0
1.02.01.09.08	Outros Créditos	10	16	0
1.02.01.09.09	Tributos a recuperar	87	0	0
1.02.03	Imobilizado	73.298	80.185	88.756
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	56.432	68.396	62.061
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.866	11.789	26.695
1.02.04	Intangível	1.251.141	1,413.783	1,471.747
1.02.04.01	Intangíveis	1,251.141	1,413.783	1,471.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.729.127	1.747.235	1.688.641
2.01	Passivo Circulante	544.915	333.945	1.074.538
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.886	5.720	6.681
2.01.02	Fornecedores	29.072	34.358	42.892
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.016	34.155	42.738
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	56	203	154
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.475	20.033	24.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.907	13.520	18.059
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.554	0	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	8.353	11.562	12.184
2.01.03.01.03	Pis e Cofins a Recolher	0	0	3.914
2.01.03.01.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	1.958	1.961
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.568	6.513	6.456
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	6.568	6.513	6.456
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	378.730	113.838	890.506
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	195.428	5.569	420
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	163	282	420
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	195.265	5.287	0
2.01.04.02	Debêntures	183.302	108.269	890.086
2.01.05	Outras Obrigações	72.126	126.192	64.707
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.640	29.377	49.413
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	32.299	29.019	28.962
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	341	358	20.451
2.01.05.02	Outros	39.486	96.815	15.294
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	22.183	5.950
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	11.212	10.894	9.344
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	26.907	62.482	0
2.01.05.02.07	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.367	1.256	0
2.01.06	Provisões	33.626	33.804	45.237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.06.02	Outras Provisões	33.626	33.804	45.237
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	33.626	33.804	45.237
2.02	Passivo Não Circulante	707.624	975.649	171.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	443.671	762.631	444
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	220.454	444
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	163	444
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	220.291	0
2.02.01.02	Debêntures	443.671	542.177	0
2.02.02	Outras Obrigações	14.579	14.579	14.580
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.579	14.579	14.580
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.579	14.579	14.580
2.02.04	Provisões	249.374	198.439	156.298
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.827	11.048	9.154
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	988	534	382
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.839	10.514	8.734
2.02.04.01.05	Imposto e Contribuições a Recolher	0	0	38
2.02.04.02	Outras Provisões	231.547	187.391	147.144
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	231.547	187.391	147.144
2.03	Patrimônio Líquido	476.588	437.641	442.781
2.03.01	Capital Social Realizado	422.376	408.889	377.694
2.03.04	Reservas de Lucros	54.212	28.752	65.087
2.03.04.01	Reserva Legal	7.420	7.737	0
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.715	9.973	8.132
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	36.077	11.042	56.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.203.592	1.211.877	1.287.233
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-782.223	-783.005	-798.201
3.02.01	Custo de construção	-73.508	-122.443	-214.413
3.02.02	Provisão de manutenção	-62.102	-63.535	-60.892
3.02.03	Depreciação e amortização	-254.210	-213.378	-178.416
3.02.04	Custos com obrigações poder concedente	-21.657	-22.692	-8.758
3.02.05	Serviços	-347.099	-325.745	-306.259
3.02.06	Custo com pessoal	-9.269	-10.873	-11.857
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-2.602	-5.425	-4.495
3.02.08	Outros	-11.776	-18.914	-13.111
3.03	Resultado Bruto	421.369	428.872	489.032
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.273	-85.997	-76.998
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-87.664	-87.125	-77.840
3.04.02.01	Serviços	-47.138	-51.681	-47.103
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-7.673	-4.425	-2.950
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-9.613	-11.277	-11.191
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-1.138	-1.419	-1.469
3.04.02.05	Outros	-22.102	-18.323	-15.127
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.712	2.399	1.088
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.321	-1.271	-246
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	336.096	342.875	412.034
3.06	Resultado Financeiro	-112.354	-122.284	-95.486
3.06.01	Receitas Financeiras	188.629	121.757	6.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-300.983	-244.041	-102.221
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	223.742	220.591	316.548
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-75.344	-65.855	-103.204
3.08.01	Corrente	-83.611	-66.246	-119.486
3.08.02	Diferido	8.267	391	16.282
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	148.398	154.736	213.344

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	148.398	154.736	213.344
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,15250	1,20170	1,65680
3.99.01.02	PN	1,15250	1,20170	1,65680
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,15250	1,20170	1,65680
3.99.02.02	PN	1,15250	1,20170	1,65680

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	148.398	154.736	213.344
4.03	Resultado Abrangente do Período	148.398	154.736	213.344

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	578.252	489.750	474.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	615.388	571.963	547.078
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	148.398	154.736	213.344
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.267	-391	-16.282
6.01.01.03	Depreciação e amortização	261.883	217.803	181.366
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	4.331	1.367	309
6.01.01.05	Juros e variação monet. sobre debêntures, notas promissórias, empréstimos e financiamentos	88.643	113.136	96.740
6.01.01.06	Capitalização de custo de empréstimos	-3.658	-16.439	-19.456
6.01.01.07	Juros sobre impostos parcelados	0	0	1.423
6.01.01.08	Variação Cambial s/ empréstimos e financiamento	-36.193	21.004	0
6.01.01.09	Resultado de operações com derivativos (fair value option)	57.684	-14.261	0
6.01.01.10	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	37	-19	-39
6.01.01.11	Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	12.986	6.284	7.047
6.01.01.12	Juros e variação monetária sobre mútuo e cessão crédito com partes relacionadas	2.077	2.166	489
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	62.102	63.535	60.892
6.01.01.14	Ajustes a valor presente provisão de manutenção	25.365	23.042	21.245
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.136	-82.213	-72.198
6.01.02.01	Contas a receber	-66.625	-3.961	2.888
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	69.955	-2.988	-8.068
6.01.02.03	Tributos a recuperar	5.061	-4.655	-642
6.01.02.04	Despesas antecipadas e Outras	-348	196	547
6.01.02.05	Adiantamento a fornecedores	2.168	2.511	-3.065
6.01.02.06	Fornecedores	-5.286	-6.882	13.213
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	1.598	-1.644	-1.549
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	166	-911	-529
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	63.934	74.044	110.700
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-58.492	-78.564	-127.203
6.01.02.11	Realização de provisão de manutenção	-43.489	-57.763	-55.301
6.01.02.12	Outras Contas a pagar	429	2.756	841

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.13	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-6.207	-4.352	-4.030
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.345	-137.177	-241.056
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-21.192	-16.050	-16.899
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-70.153	-122.443	-224.157
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	0	1.316	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-316.954	-320.552	-264.725
6.03.01	Dividendos pagos	-131.634	-143.643	-185.155
6.03.03	Mútuos com Partes Relacionadas (Captações)	0	0	20.000
6.03.04	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	-2.094	-21.230	0
6.03.05	Emprestimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (captações)	0	820.000	589.322
6.03.06	Emprestimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (pagamento de principal)	-76.647	-850.175	-620.431
6.03.07	Emprestimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (pagamento juros)	-47.280	-106.366	-68.461
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-59.299	-19.138	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	169.953	32.021	-30.901
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.793	14.772	45.673
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	216.746	46.793	14.772

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.889	0	28.752	0	0	437.641
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	13.487	0	-18.779	0	0	-5.292
5.04.01	Aumentos de Capital	13.487	0	-13.487	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.292	0	0	-5.292
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.398	0	148.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.398	0	148.398
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.239	-148.398	0	-104.159
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	44.239	-44.239	0	0
5.06.04	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-104.159	0	-104.159
5.07	Saldos Finais	422.376	0	54.212	0	0	476.588

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	377.694	0	65.087	0	0	442.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	377.694	0	65.087	0	0	442.781
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	31.195	0	-55.888	-135.183	0	-159.876
5.04.01	Aumentos de Capital	31.195	0	-31.195	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.693	-109.085	0	-133.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-26.098	0	-26.098
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.736	0	154.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.736	0	154.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.553	-19.553	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.553	-19.553	0	0
5.07	Saldos Finais	408.889	0	28.752	0	0	437.641

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.918	0	59.624	0	0	420.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.918	0	59.624	0	0	420.542
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	16.776	0	-51.492	-156.389	0	-191.105
5.04.01	Aumentos de Capital	16.776	0	-16.776	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-34.716	-149.389	0	-184.105
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.000	0	-7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	213.344	0	213.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	213.344	0	213.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	56.955	-56.955	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.955	-56.955	0	0
5.07	Saldos Finais	377.694	0	65.087	0	0	442.781

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	1.315.140	1.331.930	1.408.718
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.284.166	1.290.812	1.364.852
7.01.02	Outras Receitas	30.974	41.118	43.866
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-585.993	-628.230	-670.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-378.138	-370.208	-331.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.245	-72.044	-63.452
7.02.04	Outros	-135.610	-185.978	-275.305
7.02.04.01	Custos de Construção	-73.508	-122.443	-214.413
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-62.102	-63.535	-60.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	729.147	703.700	738.644
7.04	Retenções	-261.883	-217.803	-181.366
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-261.883	-217.803	-181.366
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	467.264	485.897	557.278
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	188.629	121.757	6.735
7.06.02	Receitas Financeiras	188.629	121.757	6.735
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	655.893	607.654	564.013
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	655.893	607.654	564.013
7.08.01	Pessoal	16.734	19.472	20.291
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.436	15.671	16.880
7.08.01.02	Benefícios	2.345	2.466	2.068
7.08.01.03	F.G.T.S.	636	786	821
7.08.01.04	Outros	317	549	522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186.715	174.306	209.519
7.08.02.01	Federais	124.365	114.170	150.424
7.08.02.02	Estaduais	331	451	331
7.08.02.03	Municipais	62.019	59.685	58.764
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	304.046	259.140	120.859
7.08.03.01	Juros	303.489	258.653	120.364
7.08.03.02	Aluguéis	557	487	495

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	148.398	154.736	213.344
7.08.04.02	Dividendos	104.159	135.183	149.389
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	44.239	19.553	63.955

Relatório da Administração

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra - SA, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária da Rodovia Presidente Dutra foi constituída em 1995 e tem por objetivo exclusivo a exploração da ViaDutra, nos termos do “Contrato de Concessão” com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, celebrado em decorrência do edital nº 0291/93 para a concessão da Rodovia Presidente Dutra.

A rodovia cobre o trecho de 402,2 quilômetros da ViaDutra (BR-116). Trata-se de uma rodovia federal com trechos urbanos, sendo dividida de forma convencional com duas faixas em cada sentido e com acostamentos pavimentados.

O número de veículos pedagiados em 2016 foi de 89.079.713 e em veículos equivalentes foi de 128.491.170.

1.3. Destaques do ano de 2016

Destaque financeiro

No dia 27 de abril de 2016, foram distribuídos JSCP (Juros Sobre o Capital Próprio) no valor líquido de R\$ 22.183.

No dia 10 de novembro de 2016, foram distribuídos dividendos intermediários no valor total de R\$ 109.451.

Destaque operacional

Em 2016, a Rodovia Presidente Dutra diminuiu em 5,80% o índice de acidentes em comparação com 2015. Além disso, as vítimas também diminuíram, passando de 4.379 em 2015 para 4.363 em 2016, o menor número de vítimas dos últimos 12 anos. Levando em consideração o início da concessão, as mortes na via Dutra reduziram 68%, de 520 ocorrências registradas em 1996 para 165 em 2016. Também é importante ressaltar que o volume de tráfego aumentou quase 90% desde 1996 e ainda assim, os índices tiveram grandes reduções, com destaque para o índice de mortos, que diminuiu 83% desde o início da concessão. Também foi destaque operacional o aumento de 16% de ocorrências registradas. Em 2016 foram 295.706 ocorrências enquanto que em 2015 foram 254.063.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa

Relatório da Administração

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor de Operacional.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária.

Diretoria Executiva

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nossa Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operacional, conforme estatuto social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Ascendino da Silva Mendes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116 SP/RJ) km 184,3, Bairro Morro Grande, Santa Isabel, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico pode ser contatado no telefone (11) 2795-2401 ou pelo e-mail cvm.novadutra@grupoccr.com.br.

Conselho Fiscal

De acordo com o nosso Estatuto social, nosso Conselho Fiscal não é permanente, devendo ser instalado, a pedido de nossos acionistas, de acordo com a Lei nº 6.404/76. Atualmente, a Companhia não tem Conselho Fiscal instalado. Quando instalado, o Conselho Fiscal, deve ser composto de três membros efetivos e igual número de suplentes.

Para o exercício social de 2016, a Proposta da Administração, propôs a Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 15 de abril de 2016 a não aprovar a instalação do Conselho Fiscal.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.ccr.com.br/investidores.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR controladora da Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção

Relatório da Administração

e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2016, já somavam 13.789 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, no Equador, na Costa Rica, em Curaçao e Estados Unidos.

Atualmente a Concessionária, conta com 1.448 colaboradores.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, tais como aumento na taxa de inflação, CDI, ausência de crescimento econômico interno, instabilidade social, política monetária, entre outros.

3.2. Desempenho da CCR NovaDutra

- A Receita líquida operacional (excluída receita de construção) alcançou R\$ 1.130.084 (+3,73%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 148.398 (-4,10%);
- O EBITDA atingiu R\$ 597.979 (6,65%);
- O EBIT atingiu R\$ 336.096 (-1,98%).

Em R\$ mil	2016	2015	Var. %
Receita líquida	1.203.592	1.211.877	-0,68%
Receita de pedágio	1.210.658	1.168.369	3,62%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	73.508	122.443	-39,97%
Outras receitas	27.316	24.679	10,69%
(-) Deduções da receita bruta	107.890	103.614	4,13%
(-) Custos e despesas (a)	867.496	869.002	-0,17%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	73.508	122.443	-39,97%
Demais custos e despesas	793.988	746.559	6,35%
EBIT (b)	336.096	342.875	-1,98%
Margem EBIT	27,92%	28,29%	-0,4 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	29,74%	31,47%	-1,7 p.p.
(+) Depreciação/amortização	261.883	217.803	20,24%
EBITDA (b)	597.979	560.678	6,65%
Margem EBITDA	49,68%	46,27%	3,4 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	62.102	63.535	-2,26%
EBITDA ajustado	660.081	624.213	5,75%
Margem EBITDA ajustada (e)	58,41%	57,30%	1,1 p.p.
Lucro líquido	148.398	154.736	-4,10%
Dívida bruta	822.401	876.649	-6,19%
Investimentos	92.902	137.512	-32,44%
Veículos equivalentes (em milhares)	128.491	137.015	-6,29%

Relatório da Administração

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item “k”) e 15 – Provisão de manutenção.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.2 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 1.210.658 (+ 3,62% sobre 2015) e representou 97,79% do total da receita bruta, excluindo-se a receita de construção. O incremento das receitas de pedágio é consequência do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2016, o qual gerou um aumento da tarifa média praticada de 8,66%. O aumento ocorreu devido ao índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA = 8,89%) e da inclusão de 10 novas passarelas (1,14%). No entanto, devido à recomposição da perda de receita por eixo suspenso (- 1,64%), o aumento foi abaixo da inflação.

As receitas acessórias, provenientes da exploração de cabos e fibra óptica, aluguel de painéis publicitários, totalizaram R\$ 27.316, apresentando um acréscimo de 10,69%.

3.2.3 Custos totais

Os gastos totais apresentaram uma queda de 0,17% em relação a 2015, perfazendo o montante de R\$ 867. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 73.508. O decréscimo de 39,97% decorreu, principalmente, do menor investimento em melhorias (upgrade). Os valores de investimentos da CCR NovaDutra acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Maiores detalhes no item 3.2.7;
- A provisão de manutenção é uma curva contratual para manutenção de pavimento e sinalização horizontal, que atingiu R\$ 62.102 (- 2,26%) se comparado a 2015;
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 261.883 no ano de 2016. O crescimento de 20,24% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação e à proximidade do fim do contrato de Concessão em fevereiro de 2021;
- Os custos contratuais totalizaram o montante de R\$ 21.657 e apresentou uma diminuição de 4,56%, principalmente decorrente do pagamento de franquias de seguros incorridas em 2015;
- O custo de serviços totalizou R\$ 394.237, no ano de 2016, apresentando um aumento de 4,45%. O aumento ocorreu devido à reposição inflacionária entre os períodos;

Relatório da Administração

- O custo com pessoal atingiu R\$ 18.882, registrando diminuição de 14,75%. Essa diminuição deveu-se, principalmente, a redução no quadro de colaboradores no ano de 2016 em relação a 2015;
- Os outros custos (serviços públicos, alugueis, marketing, e outros) apresentaram uma diminuição de 17,99% e atingiram R\$ 35.227 no ano de 2016, principalmente em função da mudança na forma de contabilização das perdas de arrecadação de pedágio, que nos anos anteriores eram reconhecidas tanto na receita operacional quanto na despesa.

3.2.4 Resultado financeiro

No ano de 2016, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 112.354, comparado a um resultado financeiro negativo de R\$ 122.284 em 2015. A melhora se deve principalmente ao maior saldo de caixa gerado entre os períodos (mais disponibilidades para aplicações), que ocorreu em razão das postergações de diversos investimentos em upgrade e liquidações, em 2015, de dívidas com maiores encargos financeiros.

3.2.5 Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 148.398, apresentando uma diminuição de 4,10% em relação a 2015. A diminuição ocorreu, principalmente, em função da queda do tráfego.

3.2.6 Dívida

A dívida líquida da Companhia alcançou R\$ 605.655 em comparação a R\$ 829.856 em 2015, representando uma diminuição de 27,02%.

Em 2016 não captamos nem liquidamos dividas, apenas amortizamos as atuais.

3.2.7 Investimentos

Os investimentos da CCR NovaDutra somaram R\$ 92.902 sendo 32,44% menores que em 2015. Neste ano, os principais investimentos realizados foram: Conclusão da Marginal Sul de Guarulhos do km 211,67/SP ao km 216,06/SP; viaduto de acesso a Barra Mansa - km 270,5 (RJ); a implantação do trevo Jacú Pêssego - km 213 SP; ponte Itagaçaba no km 28,05/SP - Pista norte; Viaduto sobre a RFFSA no km 170,82/RJ - pista norte; a ponte sobre Rio do Salto no km 0 - Divisa SP/RJ na pista norte; entre outros investimentos. Já em equipamentos, o principal destaque foi a implantação de câmeras de CFTV operacionais ao longo da Rodovia.

3.2.8 Eventos Relevantes ao Mercado

Não houve fatos relevantes no decorrer do ano de 2016.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e

Relatório da Administração

Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus stakeholders.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelas do Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento – *Stakeholders*

Atendimento

A CCR NovaDutra hoje em sua operação conta com 14 ambulâncias de resgate, 13 viaturas médicas de intervenção rápida, 4 motos de inspeção de tráfego, 16 viaturas de inspeção de tráfego, 25 guinchos leves, 8 guinchos pesados, 4 guinchos super pesados, 3 veículos de inspeções de caminhões.

Dentre os canais de relacionamento, citamos o Sistema de Atendimento ao Usuário, que registrou em 2016, 417.774 acionamentos de recursos.

Relatório da Administração

Responsabilidade Social

No ano de 2016 foram realizados 33 projetos através de recursos próprios, ISS, Lei Rouanet, CMDCA e Lei do Esporte, beneficiando mais de 690 mil pessoas. Dentre esses projetos, podemos destacar:

- *Caminhos para a Cidadania*: ação sócio educacional que surgiu em 2002, com foco em educação no trânsito e educação ambiental;
- *Estrada para a Saúde e Trailer Odontológico*: destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante;
- *Rugby*: Promover a prática esportiva e inclusão social com crianças e jovens de bairros vulneráveis nos municípios margeados pela Via Dutra. Incentivamos 06 projetos de Rugby, está presente em 05 municípios e beneficia mais de 600 atletas.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A CCR NovaDutra realizou diversas pesquisas durante o ano de 2016 através do Centro de Pesquisas Rodoviárias - CPR no total de R\$ 2.610, com destaque para as seguintes:

- Determinação do módulo de resiliência, módulo dinâmico e flownumber de misturas asfálticas com diversos ligantes asfálticos e faixas granulométricas;
- Caracterização geológica de ligantes asfálticos com vistas à seleção de materiais e ao controle de qualidade;
- Reciclagem de pavimentos asfálticos com espuma de asfalto. Estudo Laboratorial.

Além disso, o CPR atua no controle tecnológico das obras executadas na Rodovia. Em 2016 foram realizados 12.079 ensaios com a geração de 2.970 certificados.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A CCR NovaDutra tem atuado constantemente na prevenção e diminuição dos impactos ambientais com acompanhamento de auditorias externa e interna. Destacamos abaixo as principais ações:

- Reaproveitamento estimado de 60 mil litros de água oriunda da execução de estaca raiz em obras ao longo da rodovia;
- Instalação de luminárias de indução com lâmpadas de vapor de sódio de 400w por lâmpadas de indução de 150w. Redução no consumo estimada em 66%;
- Coleta seletiva de resíduos, destinados entre Aterros Sanitários e Companhias de reciclagem licenciados, entre diversas outras ações.

4.2.2 Capital Manufaturado

Visando à melhoria continua dos serviços prestados aos usuários da ViaDutra, a CCR NovaDutra investiu durante o ano de 2016 o montante de R\$ 92.902.

O principal destaque para a sociedade, foi a demolição e reconstrução de um novo viaduto sobre o Rio Machambomba no km 177 - RJ e reconstrução do viaduto de acesso a Pindamonhangaba no km 99 - SP. No item 3.2.7 foram descritas as principais obras.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

Relatório da Administração

Os projetos de incentivo ao esporte da CCR NovaDutra nos renderam dois títulos no Rugby: O Jacareí Rugby foi campeão Paulista e o São José Rugby foi Heptacampeão Brasileiro. Já no vôlei, o Taubaté Vôlei foi tricampeão paulista.

O Jornal Folha de S. Paulo publicou caderno especial sobre os 20 anos de concessão da CCR NovaDutra, destacando as enormes mudanças ocorridas na Via Dutra.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Neste ano de 2016, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

5.2. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3. Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

5.4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Santa Isabel, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente;
- Implantação de novas obras previstas no Fluxo de Caixa Marginal, que encontra-se em discussão com o Poder Concedente.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Notas Explicativas

c) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Notas Explicativas

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

- Capital social – ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Notas Explicativas

f) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) *Ativo imobilizado*

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item “r”

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

Notas Explicativas

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas Explicativas

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Notas Explicativas

r) *Demonstrações de valor adicionado*

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

s) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

- a) Aplicação em exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
- b) Aplicação em exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

t) *Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Notas Explicativas

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda, de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Riscos de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Notas Explicativas

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nos 6, 12, 13 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Notas Explicativas

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	195.428	-	-	-
Debêntures e notas promissórias (*)	183.302	164.687	147.663	131.321

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 243.640, substancialmente compostos por empréstimos e debêntures a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 12 e nº 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	3.939	2.512
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	193.076	34.423
Aplicações financeiras - CDB	<u>19.731</u>	<u>9.858</u>
	<u>216.746</u>	<u>46.793</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,92% ao ano (13,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	9.995	9.261
Pedágio eletrônico (b)	<u>69.841</u>	<u>3.950</u>
	79.836	13.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(78)</u>	<u>(41)</u>
	<u>79.758</u>	<u>13.170</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito a vencer	78.488	11.830
Créditos vencidos até 60 dias	1.258	1.000
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	12	340
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	10	4
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>68</u>	<u>37</u>
	<u>79.836</u>	<u>13.211</u>

Notas Explicativas

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, conseqüentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; e
- (c) A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	223.742	220.591
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(76.072)	(75.001)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.124)	(1.109)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(285)	(229)
Juros capital próprio	-	8.873
Outros	<u>2.137</u>	<u>1.611</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(75.344)</u>	<u>(65.855)</u>
Impostos correntes	(83.611)	(66.246)
Impostos diferidos	<u>8.267</u>	<u>391</u>
	<u>(75.344)</u>	<u>(65.855)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,67%</u>	<u>29,85%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	158.963	155.684
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários e cíveis	6.061	3.757
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	1.943	1.883
Provisão para participação nos resultados (PLR)	929	948
Custo da transação na emissão de títulos	123	123
AVP de contratos de fibra óptica	-	37
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	17.089	18.008
Perdas em operações com derivativos	-	7.367
Outros	166	2.066
	<u>185.274</u>	<u>189.873</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(103.581)	(121.005)
Valor justo de operações com derivativos	(16.815)	(17.363)
Ganhos de operações com derivativos	(12.180)	(19.368)
Variação cambial	(12.305)	-
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(2.143)	(2.143)
Outros	(222)	(233)
	<u>(147.246)</u>	<u>(160.112)</u>
Ativo diferido líquido	<u>38.028</u>	<u>29.761</u>

a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados os exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Intangível	Receita	Despesa Financeira	Contas a receber	Mútuos	Contas a pagar
Controladora							
CCR S.A. (a)	18.407	-	-	-	-	-	1.440
Outras partes relacionadas							
CPC (b)	21.883	-	-	-	-	-	1.855
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.(c)	-	9.487	-	-	-	-	2.637
Autoban (f)	-	-	-	-	53	-	3
Coper (d)	316.995	-	-	-	-	-	26.364
Samm (e)	-	-	1.162	-	788	-	-
Oi Móvel S.A	-	-	8	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovia (f)	-	-	-	-	1	-	-
Rodoanel Oeste (g)	-	-	-	2.077	-	14.920	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2016					522	341	32.299
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016					320	14.579	-
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>357.285</u>	<u>9.487</u>	<u>1.170</u>	<u>2.077</u>	<u>842</u>	<u>14.920</u>	<u>32.299</u>
Total, 31 de dezembro de 2015	<u>334.363</u>	<u>11.507</u>	<u>998</u>	<u>2.166</u>	<u>70.797</u>	<u>14.937</u>	<u>29.019</u>

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.126	1.972
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	605	617
Complemento de PPR pago no ano	535	300
Previdência privada	43	49
Seguro de vida	<u>4</u>	<u>5</u>
	<u>3.313</u>	<u>2.943</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores (h)	785	768

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017;
- (d) Prestação de serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia, com prazo vigente até o término da vigência do contrato de concessão, cujos pagamentos ocorrem até o 4º dia útil do mês seguinte. O contrato é reajustado anualmente de acordo com a taxa aplicada às tarifas de pedágio;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

Notas Explicativas

- (g) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal; e
- (h) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.904	-	(416)	44	4.532
Máquinas e equipamentos	44.782	-	(2.543)	4.296	46.535
Veículos	31.900	-	(2.257)	2.712	32.355
Instalações, edificações e terrenos	3.660	-	(1.586)	-	2.074
Equipamentos operacionais	102.346	-	(23.041)	5.858	85.163
Imobilizações em andamento	11.789	19.771	-	(14.694)	16.866
	<u>199.381</u>	<u>19.771</u>	<u>(29.843)</u>	<u>(1.784)</u>	<u>187.525</u>

	2014		2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Móveis e utensílios	4.745	-	(8)	167	-	4.904
Máquinas e equipamentos	38.185	-	(149)	6.746	-	44.782
Veículos	33.066	-	(6.796)	5.630	-	31.900
Instalações, edificações e terrenos	3.660	-	-	-	-	3.660
Equipamentos operacionais	86.235	-	(85)	16.196	-	102.346
Imobilizações em andamento	26.695	17.732	-	(31.322)	(1.316)	11.789
	<u>192.586</u>	<u>17.732</u>	<u>(7.038)</u>	<u>(2.583)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>199.381</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 587 em 2016 (R\$ 1.682 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 3,07% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,58% a.a. em 2015.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.981)	(397)	384	-	(2.994)
Máquinas e equipamentos	13	(23.216)	(6.630)	2.151	40	(27.655)
Veículos	22	(18.450)	(5.430)	2.001	(1)	(21.880)
Instalações, edificações e terrenos	10	(1.583)	-	1.584	-	1
Equipamentos operacionais	13	(72.966)	(10.276)	21.400	143	(61.699)
		<u>(119.196)</u>	<u>(22.733)</u>	<u>27.520</u>	<u>182</u>	<u>(114.227)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	11	(2.526)	(463)	7	1	(2.981)
Máquinas e equipamentos	17	(19.338)	(5.198)	23	1.297	(23.216)
Veículos	23	(19.019)	(5.024)	5.593	-	(18.450)
Instalações, edificações e terrenos	10	(1.582)	(1)	-	-	(1.583)
Equipamentos operacionais	17	(61.365)	(9.874)	48	(1.775)	(72.966)
		<u>(103.830)</u>	<u>(20.560)</u>	<u>5.671</u>	<u>(477)</u>	<u>(119.196)</u>

Notas Explicativas

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativo intangível**Movimentação do custo**

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.477.572	74.906	-	2	2.552.480
Direitos de uso de sistemas informatizados	14.010	-	-	1.780	15.790
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	-	-	6.184
	<u>2.497.766</u>	<u>74.906</u>	<u>-</u>	<u>1.782</u>	<u>2.574.454</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.341.277	136.219	-	76	2.477.572
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.530	-	(5)	2.485	14.010
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.162	-	-	22	6.184
	<u>2.358.969</u>	<u>136.219</u>	<u>(5)</u>	<u>2.583</u>	<u>2.497.766</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.071 em 2016 (R\$ 14.757 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 3,07% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,58% a.a. em 2015.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(1.069.271)	(235.562)	-	1	(1.304.832)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.195)	(2.972)	-	(181)	(12.348)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.517)	(616)	-	-	(6.133)
		<u>(1.083.983)</u>	<u>(239.150)</u>	<u>-</u>	<u>(180)</u>	<u>(1.323.313)</u>

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(874.695)	(194.576)	-	-	(1.069.271)
Direitos de uso de sistemas informatizados	32	(7.850)	(1.827)	5	477	(9.195)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	23	(4.677)	(840)	-	-	(5.517)
		<u>(887.222)</u>	<u>(197.243)</u>	<u>5</u>	<u>477</u>	<u>(1.083.983)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos

<u>Instituição financeira</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em moeda nacional				
Banco Alfa de Investimento S.A.	5,50% a.a. 7,70% a.a.	Julho de 2017	163	445 (b)
Subtotal em moeda nacional			163	445
Em moeda estrangeira				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 1,45% a.a.	Abril de 2017	94.812	108.676 (c)
2. Bank of Tokyo (a)	LIBOR 3M + 1,69% a.a.	Outubro de 2017	100.453	116.902 (c)
Subtotal em moeda estrangeira			195.265	225.578
Total Geral			195.428	226.023
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			195.428	5.569
			195.428	5.569
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos			-	220.454
			-	220.454

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através de resultado (vide nota explicativa nº 19 para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 09 de março de 2015, foi firmado contrato com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 27 de abril de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 28.800, equivalente a R\$ 90.000, com vencimento em 27 de abril de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,45% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,45% do CDI.
- Em 10 de setembro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131 do BACEN, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 30.548, equivalente a R\$ 120.000, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 1,69% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 104,20% do CDI.

Notas Explicativas

13. Debêntures e notas promissórias

<u>Série</u>	<u>Taxas Contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
1. 4a Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	626.973	650.446 (b)
				<u>626.973</u>	<u>650.446</u>
Circulante					
Debêntures				<u>183.302</u>	<u>108.269</u>
Não Circulante					
Debêntures				<u>443.671</u>	<u>542.177</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantias:

- (b) Garantia Real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	164.687
2019	147.663
2020	<u>131.321</u>
Total	<u>443.671</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 10 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, no valor nominal total de R\$ 610.000 e com remuneração de IPC-A + 6,4035% a.a. O primeiro pagamento de juros foi realizado em 11 de maio de 2015 e os demais serão pagos semestralmente, juntamente com as amortizações, as quais se iniciarão a partir de 15 de outubro de 2016, vencendo-se o último em 15 de agosto de 2020.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,20. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4.

Notas Explicativas**14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015			2016		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	Total
Não circulante						
Cíveis	10.514	9.917	(3.583)	(1.723)	1.714	16.839
Trabalhistas	534	529	(100)	(36)	61	988
Total	11.048	10.446	(3.683)	(1.759)	1.775	17.827

	2014			2015		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	Total
Não circulante						
Movimento em 2014	9.116	4.090	(2.601)	(1.436)	1.879	11.048

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos em 2016 nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 4.391 e R\$ 57, respectivamente (R\$ 2.847 e R\$ 69 respectivamente em 2015).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Cíveis e administrativos	12.056	15.832
Trabalhistas e previdenciárias	85	48
Tributárias	17.722	10.977
	29.863	26.857

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 31.111.

Notas Explicativas

15. Provisão de manutenção

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	33.804	7.241	3.272	(43.489)	32.798	33.626
Não circulante	187.391	54.861	22.093	-	(32.798)	231.547
	<u>221.195</u>	<u>62.102</u>	<u>25.365</u>	<u>(43.489)</u>	<u>-</u>	<u>265.173</u>
	2014		2015			
Circulante	45.237	10.164	4.306	(57.763)	31.860	33.804
Não circulante	147.144	53.371	18.736	-	(31.860)	187.391
	<u>192.381</u>	<u>63.535</u>	<u>23.042</u>	<u>(57.763)</u>	<u>-</u>	<u>221.195</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 13.487, o qual é composto da seguinte forma: R\$ 7.737 mediante capitalização de Reserva Legal, e R\$ 5.750 mediante capitalização de Reserva de Retenção de Lucros sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 408.889 para R\$ 422.376, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sem emissão de novas ações.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017.

Notas Explicativas

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos do contrato de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 10 de novembro de 2016, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no valor de R\$ 109.451, correspondente a R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) por ação, sendo R\$ 5.292 à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e R\$ 104.159 à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de setembro de 2016.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	148.398
(-) Constituição de reserva legal	(7.420)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(742)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>140.236</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	35.059
Dividendos intermediários pagos	<u>104.159</u>

d. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	148.398	154.736
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais	128.766.186	128.766.186
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,1525	1,2017
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,1525	1,2017

Notas Explicativas**17. Receitas**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	1.210.658	1.168.369
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	73.508	122.443
Receitas acessórias	<u>27.316</u>	<u>24.679</u>
Receita bruta	<u>1.311.482</u>	<u>1.315.491</u>
Impostos sobre receitas	(107.683)	(103.442)
Devoluções e abatimentos	<u>(207)</u>	<u>(172)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(107.890)</u>	<u>(103.614)</u>
Receita líquida	<u><u>1.203.592</u></u>	<u><u>1.211.877</u></u>

18. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e notas promissórias	(46.747)	(74.488)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(42.683)	(38.648)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(32.094)	(41.069)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(25.365)	(23.042)
Perda com operações de derivativos	(107.230)	(56.802)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.658	16.439
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	(46.485)	(22.064)
Juros e variações monetárias sobre cessão de crédito	(2.077)	(2.166)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(1.960)</u>	<u>(2.201)</u>
	<u>(300.983)</u>	<u>(244.041)</u>
Receitas financeiras (a)		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	68.287	20.065
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	787	-
Ganho com operações de derivativos	66.955	58.983
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	29.076	34.144
Rendimento sobre aplicações financeiras	21.525	8.012
Juros e outras receitas financeiras	<u>1.999</u>	<u>553</u>
	<u>188.629</u>	<u>121.757</u>
Resultado financeiro	<u><u>(112.354)</u></u>	<u><u>(122.284)</u></u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 1.163 em 2016 e (R\$ 221 em 2015).

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Notas Explicativas

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	212.807	-	-	44.281	-	-
Contas a receber	-	79.758	-	-	13.170	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	842	-	-	70.797	-
Contas a receber - operações com derivativos	67.250	-	-	83.801	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(163)	-	-	(445)
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	(195.265)	-	-	(225.578)	-	-
Debêntures (a)	(626.973)	-	-	(650.446)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(41.651)	-	-	(46.508)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(32.299)	-	-	(29.019)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(14.920)	-	-	(14.937)
Contas a pagar - operações com derivativos	(26.907)	-	-	(62.482)	-	-
Total	(569.088)	80.600	(89.033)	(810.424)	83.967	(90.909)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.

Notas Explicativas

- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo enquanto a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 194.814 (R\$ 230.934 em 31 de dezembro de 2015), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 1,45% a.a.	104,45% do CDI	94.787
Libor de 3 meses + 1,69% a.a.	104,20% do CDI	100.027
		194.814

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom sujo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 622.095 (R\$ 657.171 em 31 de dezembro de 2015), conforme detalhado abaixo:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	622.095

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

Notas Explicativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras	212.807	44.281
Derivativos	40.343	21.319
Empréstimos em moeda estrangeira	(195.265)	(225.578)
Debêntures	(626.973)	(650.446)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial do fluxo de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

SWAP	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nominal) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado					
					Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/ (recebidos, Valores a pagar/ (pagos)		Efeito acumulado ganho/(perda)			
					2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/04/2015	27/04/2017 (2)	USD + Libor 3M + 1,45% a.a	28.800	28.800	93.862	112.458	95.015	109.353	(10.204)	(5.135)	2.722	26.421	(10.045)	(23.858)	11.241	
Posição passiva				104,45% de CDI				(92.293)	(92.293)									
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (3)	IPCA + 64,035% a.a.	-	-	310.019	310.019	313.602	325.343	(17.784)	(7.268)	32.211	24.720	(2.353)	(19.528)	6.882	(2.076)
Posição passiva				101,20% de CDI				(320.151)	(283.744)									
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (4)	IPCA + 64,035% a.a.	-	-	310.019	310.019	313.352	325.117	(17.301)	(7.599)	32.317	25.301	(2.044)	(19.062)	6.733	(1.360)
Posição passiva				100,10% de CDI				(318.878)	(283.079)									
Posição ativa	Bank of Tokyo	26/10/2015	26/10/2017 (5)	USD + Libor 3M + 1,69% a.a.	30.548	30.548	99.559	119.284	100.848	117.812	(14.010)	864	-	7.389	(22.510)	(13.847)	(30.052)	(5.624)
Posição passiva				104,20% de CDI				(124.300)	(123.388)									
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016					813.459	851.780	40.343	21.319	(59.299)	(19.138)	67.250	83.801	(26.907)	(40.275)	2.181			
TOTAL DAS OPERAÇÕES					40.343	21.319	(59.299)	(19.138)	67.250	83.801	(26.907)	(40.275)	2.181					

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho, outubro de cada ano, até o vencimento final.

(3) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

(4) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

(5) Os contratos possuem vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos cambiais	(53.890)	5.617
Riscos de juros	<u>13.615</u>	<u>(3.436)</u>
	<u>(40.275)</u>	<u>2.181</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moeda estrangeiras e nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Aumento da cotação do USD	Abril de 2017	94.787	-	(23.695)	(47.391)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Diminuição da cotação do USD	Abril de 2017	(94.850)	-	23.713	47.425
4131 em USD	Aumento da cotação do USD	Outubro de 2017	100.027	-	(25.005)	(50.010)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Diminuição da cotação do USD	Outubro de 2017	(100.086)	-	25.022	50.043
	Efeito de Ganho ou (Perda)			-	35	67
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	35	67
Moedas em 31/12/2016:						
		Dólar		3,2591	4,0739	4,8887

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	622.095	(81.236)	(91.828)	(102.419)
Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(311.162)	40.633	45.931	51.228
Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	283.109	(38.586)	(48.232)	(57.878)
Swap IPC-A x CDI (Ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(310.916)	40.601	45.895	51.188
Swap IPC-A x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	283.026	(38.128)	(47.652)	(57.173)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Abril de 2017	94.787	(760)	(837)	(915)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2017	92.141	(3.988)	(4.934)	(5.862)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Abril de 2017	(94.850)	815	906	997
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Outubro de 2017	100.027	(2.239)	(2.447)	(2.654)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	122.914	(14.133)	(17.626)	(21.104)
Swap USD x CDI (Ponta ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽²⁾	Outubro de 2017	(100.086)	2.359	2.597	2.834
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		190.336	25.431	31.779	38.125
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		121	17	21	25
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		9.748	1.331	1.664	1.997
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		9.862	1.319	1.648	1.977
				<u>(66.564)</u>	<u>(83.115)</u>	<u>(99.634)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

LIBOR 3 meses ⁽²⁾	1,00%	1,25%	1,50%
CDI ⁽³⁾	13,63%	17,04%	20,45%
IPC-A ⁽⁴⁾	6,16%	7,70%	9,24%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (5) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa libor de 3 meses, divulgada pela ICE (Interbank Offered Rate) em 31/12/2016;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Compromisso de investimento	<u>327.825</u>	<u>347.073</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	-	1.652
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.682</u>	<u>(671)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>1.682</u></u>	<u><u>981</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>(1.682)</u>	<u>(981)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>(1.682)</u></u>	<u><u>(981)</u></u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

* * *

Proposta de Orçamento de Capital**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2017, no valor de R\$210.572.000,00 (duzentos e dez milhões, quinhentos e setenta e dois mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2017.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$210.572.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2017	R\$210.572.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2016	R\$ 36.077.299,91
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$174.494.700,09

Santa Isabel, 03 de março de 2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. JOSÉ BRAZ CIOFFI
 Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão

Conforme nota explicativa nº 2.q, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis.

Conseqüentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC n° 2 SP 011609/O-8 CRC n°1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Santa Isabel, 03 de março de 2017.

SR. ASCENDINO DA SILVA MENDES

Diretor Presidente e de Relações com os Investidores

SR. JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Santa Isabel, 03 de março de 2017.

SR. ASCENDINO DA SILVA MENDES

Diretor Presidente e de Relações com os Investidores

SR. JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

Diretor Operacional